

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO DE PASSO FUNDO: "MOÇO, ESTA IDA NÃO VAI TER VOLTA!"¹

João Carlos Tedesco *
Rosa Maria L. Kallil **
Selina Maria Dal Moro ***

SINOPSE

O presente artigo é parte integrante de um estudo mais amplo sobre o processo de urbanização na Região de Passo Fundo. A análise explora o movimento sócio-econômico e o demográfico, indutores do processo de urbanização da região. O estudo parte do pressuposto de que o caráter do processo de urbanização desta região está inserido na natureza do movimento de transformações econômicas e sociais ocorrido no país, principalmente após a década de 60.

Palavras-chave: economia regional, urbanização.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Explicando o título

Foi difícil dar um título a este trabalho. Isto ocorreu, não em razão da qualidade do mesmo, pois se trata de um estudo eminentemente exploratório, tampouco, por ser um objeto original, visto que a preocupação com a migração e a urbanização já foi e está sendo tema de estudos de inquestionável profundidade. Foi difícil porque se desejava encontrar um título que, indicando a natureza das questões abordadas, também indicasse o ângulo escolhido pelos autores para mergulhar no fenômeno da

* Prof. da Faculdade de Economia da UPF, Mestre em Sociologia.

** Prof^a da Faculdade de Educação da UPF, Mestre em Arquitetura.

*** Prof^a da Faculdade de Educação da UPF, Mestre em Educação.

Participaram nesta elaboração os alunos bolsistas de iniciação científica: Adelar Dalsoto, FAPERGS; Elisa Mainardi, FAPERGS; Valesca Revers, CNPq.

¹ - É considerada, neste estudo, como Região de Passo Fundo, a área territorial ocupada por este Município quando de sua emancipação, em 1857, hoje, subdividida em 100 Municípios.

urbanização. Mas no trabalho intelectual, também existem acasos e ocorrem coincidências. Foi um desses acasos, dessas coincidências que surgiu de inspiração ao título.

No guichê de uma pequena rodoviária de uma dessas singelas cidades do Planalto, duas pessoas aguardavam o momento da venda de passagens. Em primeiro lugar, estava um "caboclo", magro, queimado de sol, característica dos que vivem do trabalho da terra. Um pouco mais atrás, uma das autoras. O destino dele, Caxias; o dela, Passo Fundo. Ele iniciava uma trajetória. Ela, o regresso. Dois interesses. Este, privado. O outro, apenas um destaque da massa humana que iniciou uma trajetória com muitas esperanças e poucas certezas. Após um breve momento, ele apertou o bilhete entre os dedos trêmulos, olhou-o com atenção, como se quisesse decifrar a letra, quase indecifrável. Sacudiu a cabeça, inclinou-se para o balconista e com voz rouca revelou seu itinerário: "Moço, esta ida não vai ter volta". Estendeu-lhe a mão, apertou também inclusive a da pesquisadora e marcou sua despedida com um decisivo: "Tchau".

Essa é a origem das palavras do título. Palavras simples, mas que podem expressar intenções e sentimentos diversos, como os desse homem e de tantos outros que partiram na "busca de uma situação de vida melhor" e como os daqueles que querem captar o sentido desta trajetória.

A tarefa foi iniciada pelo viés do crescimento vegetativo e da mobilidade social-migração e urbanização - fenômenos ocorridos na região, a partir dos anos 30, quando se imaginou, oficialmente, o caminho que iria levar o Brasil a estágios modernizantes.

1.2 As raízes da questão urbana

A crise do modelo agro-exportador da organização econômico-social, a partir dos anos 30, deu lugar a profundos processos de transformação na economia e na sociedade brasileira: a industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classes baseadas em interesses urbanos, o papel dos mesmos nos rumos da atividade política, as migrações e a urbanização acelerada.

Os censos demográficos, realizados pelo IBGE após este processo de transformação, revelam que o intenso movimento migratório, ocorrido sobretudo no intervalo de 1950-1990, com intensidade maior na década de 70, deu-se, principalmente, na direção do campo para a cidade. Isto levou a população urbana a

crescer aos saltos, forçando a expansão dos limites das cidades e modificando a sua fisionomia social formação e crescimento das periferias. Proliferam os chamados "condomínios horizontais", onde cada morador participa, somando e dividindo pobreza, quinhão daqueles que a reorganização do sistema produtivo excluiu e mantém à margem-. No Rio Grande do Sul, esse processo atingiu, com profundidade a região do planalto, provocando inúmeras transformações no quadro social, dentre as quais podem-se pontuar, sem muito esforço, o crescimento e a modernização das "velhas" sedes urbanas². Na situação de centros mais populosos, foram privilegiadas e locaram os setores produtivos e de serviço, que concretizam o novo perfil do capital, na sua forma agroindustrial e financeira. A dinâmica sócio-econômica, que até então se produzira, agiu atraindo aqueles setores de trabalhadores agrícolas que foram substituídos, no processo produtivo, pela tecnologia agrícola de origem urbana. Instalados 'as margens do "canteiro urbanizado" são tidos hoje como os responsáveis pela "desfiguração" da cidade.

Além desse aspecto, é importante assinalar o crescente processo de urbanização dos núcleos coloniais³, que se transformaram em "cidades"; a complexidade do quadro sócio-cultural dos mesmos, devido ao ingresso de unidades familiares e individuais de origem étnicas diferenciadas das que ali se instalaram no período do povoamento com colonos europeus. Os números do IBGE apontam para o que aconteceu nos lugares de origem da população que migrou. Os índices referentes à população rural reduziram-se abruptamente, conforme o já mencionado acima. Uma população envelhecida permaneceu no domínio familiar. O reduzido número de jovens, não menos empobrecidos do que aqueles que se instalaram nas periferias urbanas, confina-se hoje, em áreas sempre menores e com solos esgotados. Sobretudo para estes jovens a busca da cidade inscreve-se no conjunto das alternativas para garantir a sobrevivência.

A compreensão do processo de urbanização da Região de Passo Fundo constitui-se na meta maior do estudo que se pretende realizar. Este estudo parte do pressuposto de que o caráter do processo de urbanização desta região é essencial e intimamente definido pela natureza do movimento de transformações econômico-

² - São considerados como "velhos" centros os municípios mais antigos da região como Passo Fundo, Soledade, Carazinho, Erechim, instalados no período do povoamento, no século XIX ou na primeira metade deste século.

³ - No final do século XIX e início deste, a continuidade do progresso colonizatório deu origem ao que se chamou "Colônias Novas", povoadas, predominantemente, pela migração interna de descendentes europeus, instalados inicialmente na Serra Gaúcha e na região de colonização alemã.

sociais, ocorrido globalmente no país, a partir da década de 30, quando, sob o comando governamental, a região foi levada à modernização compulsória, mediante o processo de industrialização que invadiu o campo, com mais força a partir da década de 60.

Definir, portanto, os limites da configuração histórica que ocorreu na região de Passo Fundo, como parte do processo global ocorrido no Brasil, é o primeiro passo para se chegar à compreensão do processo de urbanização ocorrido na região.

O presente estudo não mergulha na problemática da constituição e desenvolvimento das cidades da Região. Embora inscrita na meta maior, que é a compreensão do processo de urbanização da região de Passo Fundo, a presente meta faz o percurso que precede a decolagem do vôo. Com apoio em fontes documentais, especialmente através da análise dos dados coletados nos Censos do IBGE, pretende-se visualizar os níveis de crescimento vegetativo e acompanhar a trajetória dos movimentos migratórios, ocorridos entre 1950 - 1990 e domiciliados nas inúmeras áreas urbanas instaladas na região que, em 1857, se emancipou político-administrativamente, com o nome de Passo Fundo⁴.

Na primeira parte, o foco do estudo é o município de Passo Fundo, no seu processo de constantes cortes e recortes nos limites político-administrativos. As transformações, que ocorreram na região de modo global, podem ser compreendidas tendo como parâmetro o que se verificou e se verifica ainda hoje nos limites de Passo Fundo, mesmo que estes limites tendam a se reduzir.

Segue-se a esta pontuação histórico-social e econômica uma breve teorização sobre o movimento migratório e sobre a expansão urbana da região. Conclui-se o estudo com a análise do crescimento vegetativo, do movimento migratório e da expansão populacional e urbana do Município de Passo Fundo e da quase centena de Municípios que se localizam na área que, em 1857, se emancipou com o nome de Passo Fundo.

Cumprir observar que, para fins de análise, os dados de cada município foram registrados desde a constituição do mesmo em distrito. Este mecanismo metodológico faz com que os dados dos municípios que sofreram desmembramentos, com emancipações de seus distritos, não correspondam ao que está registrado nos Censos. O critério de registro adotado foi o da população presente na área do Município atual.

⁴ - Em 1857, ao norte do Estado, numa área de 24.802 km², foi criado o município de Passo Fundo, contando com uma população de 8.208 habitantes dos quais 1.692 eram escravos (OLIVEIRA, 1990, v.2, p. 81).

É fundamental ressaltar que a presente pesquisa está em desenvolvimento e que as informações e análises esboçadas neste trabalho deram o primeiro impulso ao processo de compreensão da região. Das questões enunciadas, as que não foram contempladas e as que ainda não alcançaram o nível de consciência permanecem como desafios, devendo, num processo seqüencial, transformarem-se em objeto de análise.

2 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Situação geográfica do município de Passo Fundo

O município de Passo Fundo, situado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 27°56' e 28°24'7" de latitude sul e 52°30'8" de longitude oeste⁵, perfaz atualmente uma área territorial de 1.664 Km²⁶. Seus limites atuais (1992) são formados pelos municípios de Pontão, Sertão e Coxilha, ao norte; Carazinho e Santo Antônio do Palma, a oeste; Ernestina e Marau, ao sul e Mato Castelhano, a oeste⁷.

Situa-se no chamado Planalto Riograndense, com 709 metros de altitude na cidade de Passo Fundo, sendo atravessado pela elevação denominada Coxilha Grande do Albordão, com sucessivas coxilhas e chapadões, com declividade decrescente no sentido leste-oeste, que formam o divisor de águas das bacias dos rios Uruguai e Jacuí⁸.

A formação histórico-geográfica do município de Passo Fundo remonta a um período de mais de trezentos anos, ao longo do qual, sofreu profundas transformações políticas, econômicas e sociais cujo resultado foi o desmembramento do município-mãe (1857) em 99 municípios, através de emancipações diretas ou de municípios "descendentes", numa urbanização abrangente na região norte do Estado⁹.

⁵ - OLIVEIRA, 1990., v.1., p. 67.

⁶ -IBGE. Dados preliminares do censo de 1991.

⁷ - Conforme novo mapa do RS.

⁸ - OLIVEIRA, op.cit., p. 68.

⁹ - Ver relação em anexo.

2.2 Primórdios da formação histórica

Há cerca de 3 mil anos, habitaram a região de Passo Fundo os índios Guaranis¹⁰, cujo domínio passou posteriormente ao grupo dos Jês, sucessivamente denominados de Guaianás, Coroados e "Kaingáangs". Sua economia, essencialmente extrativa, baseava-se na coleta de frutos silvestres, na pesca e na caça, com reduzido cultivo de milho e de mandioca.

Consta que os citados indígenas permaneceram na região até o seu posterior povoamento, resistindo, porém, à organização dos jesuítas. Essa resistência, contudo, foi quebrada pelo cacique Guaraé ao convidar os jesuítas para fundarem, em território passofundense, a Redução Santa Tereza¹¹. Dentre as poucas referências encontradas sobre essa Redução e a da Visitação, no território de Carazinho, Oliveira (1990) menciona o ano de 1633 como o da fundação, sendo que essas Reduções foram destruídas por sertanistas paulistas, entre 1636 e 1638.

O povoamento efetivo da região de Passo Fundo pelos jesuítas missionários somente ocorreu na segunda metade do século XVII, tendo sido o território atual subordinado à Redução de São João Batista, das Missões Orientais do Uruguai, fundada pela Companhia de Jesus em 1688, na confluência dos rios Ijuí e Ijuizinho, atual município de Santo Ângelo¹².

Embora sem comprovação efetiva, as riquezas naturais do território de Passo Fundo, em especial os ervais, podem ter sido fonte de riqueza das Missões, que exportavam a erva-mate para as regiões platinas, além de desenvolverem a agricultura, a pecuária, pequenas indústrias caseiras e a exportação de madeiras¹³.

A partir do Tratado de Madri em 1750, o território dos Sete Povos das Missões passou para o domínio português. Iniciada a sua demarcação em 1755, o povo missioneiro, sob o comando do cacique Sepé Tiarajú, tentou resistir e, ao ser vencido, incendiou a Redução de São Miguel. Esse fato marcou o início das sucessivas devastações a que foram submetidas às povoações jesuíticas pela ambição e pelos conflitos entre portugueses e espanhóis.

Posteriormente, as investidas castelhanas, em 1816 e em 1822, resultaram na destruição dos povoados missionários, com exceção de São Borja, sendo que o

¹⁰ - SILVA apud Oliveira, op. cit., v.2., p. 67.

¹¹ - BECKER apud ITEPA, 1992, p. 82.

¹² - OLIVEIRA, op. cit., v.2., p. 190.

¹³ - CESAR, G, 1979 p. 9.

"administrador geral dos povos Manoel da Silva Pereira do Lago, (...) à aproximação do invasor, retirou-se com algumas famílias para Passo Fundo"¹⁴.

O comércio de tropas de gado vacum e de muares vendidos da fronteira sul do Rio Grande para a Feira de Sorocaba em São Paulo, inicialmente feito através da estrada de Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Vacaria, após 1819, tomou o rumo das Missões e do Planalto. A travessia da Campanha, do Mato Castelhana, do Campo do Meio e do Mato Português abriu um novo e mais vantajoso caminho para as tropas através do território do município de Passo Fundo. No dizer de Guilhermino César, "o mercantilismo capitalista, expandindo-se, fazia bem o seu papel, quer ganhando o vale do Jacuí, quer alçando-se ao Planalto Médio e aos campos de Bom Jesus, Vacaria e Lages, o gado de contrabando apertava os laços econômicos do Continente de São Pedro com os pecuaristas do Paraná, São Paulo e Minas, zona de onde ainda continuam a descer para o sul, em busca de campos adequados à criação, fazendeiros pertencentes a velhos clãs rurais"¹⁵.

Mesmo assim, a ocupação do território passofundense tardou alguns anos, em relação à região missioneira, devido aos "terríveis Coroados"¹⁶ que, por longo tempo, ainda iriam defender o espaço ocupado no planalto riograndense.

2.3 Fase do povoamento da Região de Passo Fundo (1827 a 1857)

O povoamento da Região de Passo Fundo iniciou-se pelo estabelecimento da estância do Alferes Rodrigo Felix Martins, situada em Pinheiro Mercado, atual município de Carazinho, a qual foi "obtida em 1824, por concessão do comando da fronteira de São Botja"¹⁷. Da mesma forma, procederam Alexandre da Mota, na Estância Nova (Carazinho) e Bernardo Paes Proença, no Pessegueiro.

Já Manoel José das Neves, "Cabo Neves, no mesmo ano, ou no seguinte, trazendo família, escravos e gado", ergueu seu "arrançamento" no cruzamento das atuais vias Paissandu e Teixeira Soares, na Praça Tamandaré, na atual sede do município de Passo Fundo, com sua propriedade, abrangendo os campos do Valinho e parte do Pinheiro Torto. Considera-se, pois, este o marco inicial da cidade de Passo

¹⁴ - OLIVEIRA, op.cit., p. 65.

¹⁵ - CESAR, G., op. cit., p.20.

¹⁶ - OLIVEIRA, op. cit., 2., p. 74.

¹⁷ - OLIVEIRA, op. cit., p. 197.

Fundo, junto ao qual, em 1835, foi erguida capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Matriz da Nossa Senhora da Conceição)¹⁸.

2.3.1 Evolução Administrativa

Segundo Oliveira¹⁹, o território passofundense, pertencente ao citado comando de São Borja, fez parte do município de Rio Pardo a partir de 1809, passando, em 1817, a ser incorporado ao município de São Luíz Gonzaga, circunscrição de Santo Ângelo.

Em 1833, torna-se o 4º quarteirão de São Borja, para, no ano seguinte, pertencer ao recém-criado município de Cruz Alta como 4º distrito e, em 1846, ser anexado à povoação de Nossa Senhora de Soledade, vindo a constituir a freguesia de Cruz Alta no mesmo ano.

Já em 28 de Janeiro de 1857, pelo Ato nº 340, passa a constituir município autônomo, instalado em 07 de agosto desse mesmo ano.

2.3.2 Situação Econômica

Oliveira, considera que Passo Fundo era no início do século XIX:

"Lugar de importante riqueza natural, dispondo de campos magníficos para a criação de gado e de vastíssimos ervais para o fabrico de erva-mate, essa vantagem, ao lado da facilidade de aquisição de terras, para o que simplesmente bastava um requerimento ao comando da fronteira de São Borja, trouxeram-lhe desenvolvimento por via da fundação de importantes fazendas, em regra, povoados com o produto da erva-mate nas praças de fronteiras meridional, onde a iam vender a vantajosos preços em troca de criação, ali baratíssima (...)"²⁰.

O relato demonstra o caráter extrativista e agropecuário da economia da época, centrado nos produtos da erva-mate, do gado, do milho e do feijão. O comércio exportava a produção de erva-mate para o sul do Estado, importando outros artigos e o próprio gado, atingindo, posteriormente, São Paulo, pela estrada que atravessa

¹⁸ - Ibid., p. 255.

¹⁹ - Ibid, p. 205

²⁰ - Ibid, p. 75.

Santa Catarina e Paraná, pelo envio de tropas ²¹ a São Paulo, vindas do Sul do Estado.

As culturas, como fonte de renda econômica, foram significativas, possivelmente "a partir de 1834, com a chegada de colonos alemães". Silva (1979) refere, ainda, a orientação do governo de localizar na região serrana a colonização "com intuito de tornar mais seguros os caminhos das tropas que ainda se dirigiam ao centro do país, por via da fundação de importantes fazendas, em regra, povoados com o produto da erva-mate nas praças de fortuna meridional, onde o iam vender a vantajosos planaltos interiores do Rio Grande do Sul até Vacaria, e dali, pelos campos de Lages, seguindo o rumo de Sorocaba" ²².

O desenvolvimento econômico da Região, em decorrência da Revolução Farroupilha (1835 a 1845), viu-se prejudicado, constatando-se inclusive, a evasão de moradores e a miséria reinante entre os demais "pela falta de gado e gêneros de primeira necessidade" ²³.

2.3.3 Evolução Populacional e Urbana

Quanto à população pioneira, "os moradores eram, na maior parte, paulistas da comarca de Curitiba, mais tarde província e depois Estado do Paraná" ²⁴. A partir de 1834, a população acresce-se de imigrantes portugueses,, alemães, austríacos, italianos e de outras nacionalidades. A colonização teve continuidade ao longo do século XIX, contribuindo para o acréscimo da população não nativa do município, prejudicada no entanto, pelas evasões, pelas mortes decorrentes do decênio farroupilha e pelos ataques coroados.

Por volta de 1835, o sítio urbano do então Passo Fundo das Missões comportava "cinco ou seis ranchos, uns de tábuas apenas lascadas, cobertos de bicas feitas das mesmas, e outros de estuque e barro e cobertos de capim, bem como uma pequena capela, também de tosco feitio" ²⁵. Essas moradias localizavam-se na atual Avenida Brasil (antiga estrada das tropas), nas proximidades das ruas Teixeira Soares, Dez de

²¹ - Ibid., p. 340.

²² - Silva, EM., 1979., p. 64.

²³ - OLIVEIRA, op.cit., v.2., p.76.

²⁴ - Ibid, p.76.

²⁵ - OLIVEIRA, op. cit., v.2., p. 75.

Abril e Vinte de Setembro²⁶, da sede do atual Município de Passo Fundo. As demais, possivelmente, situavam-se na então vasta zona rural da região. Em 1843, a povoação contava, além da capela, com apenas nove casas, sendo duas de negócios²⁷. O término da Revolução Farroupilha e também o aldeamento e a catequese dos indígenas permitiram o acréscimo gradual da população e das moradias, resultando na emancipação do município, em 1857.

A evolução populacional e domiciliar pode ser melhor entendida pelos dados da tabela 1.

Tabela 1 - População, domicílios e área do município de Passo Fundo - 1827 a 1857.

ANO	POPULAÇÃO (Hab.)	DOMICÍLIOS (fogões) N°	ÁREA (Km ²)
1827	30*	5*	
1833	419	104	
1843	60	9	
1847	1.159	203*	
1857	7.586	1.517*	80.000

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p. 75, 77, 78, 81 e 299.

* Dado estimado

2.4 Fase de consolidação do município (1857 a 1940)

A organização política e administrativa do município de Passo Fundo, criado em 1857, permitiu o acompanhamento da evolução econômica e social da região com maior número de dados.

Ao emancipar-se em 1857, o município foi dividido em 07 distritos, a saber: 1º Passo Fundo; 2º Campo do Meio; 3º Nonoai; 4º Jacuizinho; 5º Restinga; 6º Soledade e 7º Lagoão.

2.4.1 Evolução Econômica

Os dados da Tabela 2 permitem que se verifique a produção agrícola do município que, por não atender ao consumo local, importava gêneros. A exportação do município, por sua vez, consistia ainda na erva-mate, no gado vacum, cavalari e

²⁶ - Ibid., p. 265.

²⁷ - Ibid., p.77.

muar, mas, em 1863, tal comércio apresentava-se decadente ²⁸. As tabelas 2 e 3 elucidam a situação.

Incrementa-se, a partir de 1857, a campanha governamental pela cultura do trigo e também pela expansão de outras culturas, conforme relata Silva (1979), que teve adeptos até mesmo no município de Passo Fundo. Tal como nas demais áreas do Estado, a lavoura, aqui, ainda era inconsistente pela precariedade na técnica de cultivo, no crédito e na comercialização ²⁹.

Tabela 2 - Produção agrícola do município de Passo Fundo - 1859 a 1863

ESPÉCIE	COLHEITA EM LITRO	
	1859	1863
Arroz	1.560	2.320
Amendoim	1.960	2.340
Batatas	3.360	10.400
Feijão	237.440	240.000
Milho	1.800.000	430.000
Trigo	19.200	20.000
Cevada	*...	7.200
Fumo	*...	3.600Kg

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p.84 e 88.

Tabela 3 - Abates de gado vacum para consumo no município de Passo Fundo - 1860 a 1864

ANO	QUANTIDADE (cabeças)
1860-61	357
1861-62	524
1862-63	306
1863-64	277

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p.93.

Em 1874, o relato da Câmara Municipal à Assembléia Legislativa, citado por Oliveira ³⁰, afirma que a agricultura ainda não prosperara, pela "falta de braços, dificuldade de transporte e outras razões, sendo, no entanto, promissora no milho,

²⁸ - OLIVEIRA, op.cit., v.2., p. 88.

²⁹ - SILVA, op. cit., p. 65.

³⁰ - OLIVEIRA, op. cit., v.2., p.123.

no feijão, na cana-de-açúcar, no fumo, no arroz e no trigo para exportação" (tabelas 4 e 5).

No ano de 1881, ainda que insuficiente, a agricultura desenvolve-se relativamente. A pecuária, com melhores preços alcançados para o gado vacum, revigora, aparecendo também a produção de suínos. Relativamente à nesse mesmo ano, encontraram-se referências apenas à de erva-mate, com 6 engenhos movidos por força hidráulica, e ao aparecimento de produtos de cana-de-açúcar ³¹.

Tabela 4 - Comércio externo do município de passo fundo de 1877 a 1881

EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
Espécie	Quantidade	Espécie	Quantidade
Fumo	5.872 kg	Farinha de trigo	8.831 kg
Milho	3.627 l	Farinha de	10.881 l
Feijão	23.627 l	mandioca	4.404 kg
Lã	160 kg	Arroz	8.813 kg
Couro	1.600	Café	30 kg
Cabelos	1.468 Kg	Chá	

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p. 130.

Tabela 5 - Estatística dos rebanhos existentes no município de Passo Fundo - 1877 a 1881

ESPÉCIE	1877 (cabeças)	1881 (cabeças)
Gado vacum	50.000	60.000
Suíno	3.000	...
Ovino	3.600	...
Caprino	300	...

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p.135.

Os dados do ano de 1889 dão conta da estagnação da exportação de erva-mate, de uma agricultura descurvada e de um comércio paralisado. Registra-se, também, a colonização sistemática, iniciada no mesmo ano, com famílias de lavradores italianos ³² que se instalaram na região.

Analisando-se a evolução do número de estabelecimentos produtivos, pela Tabela 6, verifica-se um significativo aumento, no período de 1860 a 1934, indicando

³¹ - OLIVEIRA, op.cit., p.141.

³² - Ibid., p. 160 e seguintes.

a diversificação e a especialização das funções que consolidaram a economia do município e da região. Primeiramente (entre 1860 e 1908) ocorreu um expressivo aumento do número de estabelecimentos comerciais, e, após, houve o acréscimo de estabelecimentos industriais. Neste sentido, confirma-se a análise feita por Reichel (1979):

"Floresceu, assim, nas zonas do centro e norte do Estado, um comércio interno, caracterizado por sua dinamicidade, que resultava não só do contato com o mercado nacional, através de importações e exportações, como também de trocas que se faziam de região para região no próprio Estado".

"As indústrias que produziam para o mercado regional não enfrentavam problemas maiores com relação à matéria-prima, pois procuravam adaptar a sua produção às condições do setor primário gaúcho" ³³.

Tabela 6 - Estabelecimento, segundo o setor de atividades, no município de Passo Fundo -1860 a 1934

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS	1860		1908		1934	
	nº	%	nº	%	nº	%
Industriais	03	6,00	76	22,89	514	44,39
Comerciais	43	86,00	140	42,17	449	38,77
Prestação de Serviços e Autônomos	04	8,00	116	34,94	195	16,84
TOTAL	50	100%	332	100%	1.158	100%

Fonte: Adaptação de dados de OLIVEIRA, v.1., p.99 e 254 e v.2., p.85.

Dados do ano de 1934, coligidos por Oliveira ³⁴, dão conta do desenvolvimento econômico do município. Alguns desses dados, relativos a aspectos significativos são apresentados, resumidamente, neste trabalho.

Quanto à pecuária, o rebanho do município abrangia cerca de 90 mil vacuns, de 20 mil cavalares de 110 mil suínos e pequena quantidade de lanígeros. A criação em grandes propriedades vinha sendo substituída pelas menores, em função da subdivisão dos campos.

Na agricultura, então denominada lavoura, observava-se o cultivo em grande escala de milho, feijão, trigo, mandioca, batata, abóbora e vinhedo, seguido pelas culturas de alfafa, de arroz, de amendoim, de fumo e de outras. Os vales dos rios Passo Fundo e Uruguai apresentavam cultivo de cana-de-açúcar e de frutas como a

³³ - REICHEL, 1979, p. 263.

³⁴ - OLIVEIRA, op. cit.,v.1., p. 233 e seguintes

banana, o ananás, a goiaba, o limão e a laranja. Também no planalto, cultivavam-se o pêssego, a maçã, a pêra, a ameixa, o caqui, o figo, a cereja e a amêndoa. Experiências eram desenvolvidas em relação à cultura do algodão, do linho, da oliveira, da amoreira, além da nativa erva-mate.

Quanto ao extrativismo, calcula-se, em 7.756 km², a área florestal do município que, entre a madeira e a erva-mate, contribuía em torno de 80% do valor da exportação. As madeiras de pinho, cedro, louro, cabriúva, angico e outras eram exploradas em 129 serrarias, produzindo peças para a construção e marcenaria, lenha para a Viação Férrea e para as indústrias. A erva-mate extrativa sofreu problemas não apenas na preservação dos ervais primitivos por corte inadequado e pela falsificação do produto, como na queda de vendas. O preparo do produto ocorria em diversos engenhos, com aperfeiçoamento nos processos produtivos. A extração de pedras para pavimentação, para construção e para brita e o fabrico de telhas de tijolos e de louça eram as outras fontes de economia do município.

A agroindústria teve franca expansão, em especial, no processamento de banha, de embutidos e outros derivados de suínos, de charque, manteiga, queijo, sabão e solas em diversas fábricas e em frigoríficos. Também os produtos da lavoura eram industrializados, resultando em farinha de trigo, de mandioca, de milho, vinho, aguardente, rapadura, fumo, artefatos de palha, vime e arroz beneficiado, havendo dois grandes moinhos na cidade, além de inúmeros outros no meio rural e nas colônias, bem como beneficiadoras de arroz.

As características da economia e, em especial, da industrialização de Passo Fundo, no período do início do século, eram as mesmas da indústria gaúcha da República Velha, ou seja, "a regionalização era própria da industrialização gaúcha (...), subsistiram com êxito apenas aquelas fábricas que se utilizavam de matéria-prima produzida no Estado (...): indústrias de alimentos, bebidas, tecidos de lã, calçados, etc"³⁵.

2.4.2 Expansão populacional e urbana

No período compreendido entre a emancipação do Município e a década de 30, a evolução populacional foi significativa, gerada tanto pelas imigrações de europeus e de negros quanto pelo crescimento vegetativo, conforme demonstrativo da Tabela 8. Esses fatos também motivaram o acréscimo no número de domicílios. Em 1875,

³⁵ - REICHEL, op.cit., p. 275.

porém, o município teve sua área territorial reduzida pela emancipação de Soledade (tabela 7).

Em termos de crescimento urbano, em 1858, foram oficializadas as denominações das ruas existentes (A), posteriormente alteradas para (B) (tabela 8).

Em 1865, com a realização do levantamento da planta geral, inscreveram-se novos logradouros ³⁶ (A) que, posteriormente, tiveram sua denominações alteradas (B) (tabela 9).

Tabela 7 - População, domicílio e área do município de Passo Fundo - 1858 a 1930

ANO	POPULAÇÃO (Habitantes)	DOMICÍLIOS (nº)	ÁREA (km ²)
1858	8.208	1.638	80.000
1859	8.616
1860	8.618	1.197
1872	17.545
1875	8.912
1890	19.000	3.166*	36.720
1900	21.254	3.542*
1910	41.766	6.961
1920	65.528	10.542	8.638,8
1930	75.000	12.500*	10.400,80

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2., p.81, 83, 84, 85, 122, 299, 301, 297, 161.

* Dado estimado

Tabela 8 - Denominação das ruas da cidade de Passo Fundo 1858

Em 1858 (A)	Em 1992 (B)
Rua do Comércio	Avenida Brasil
Rua São Bento	Rua Paissandu
Rua Santa Clara	Rua 15 de Novembro
Rua das Flores	Rua Teixeira Soares
Rua da Imperatriz	Rua Marcelino Ramos
Rua da Ponte	Rua 10 de Abril
Rua da Direita	Rua 7 de Agosto

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2, p 82 e 83.

³⁶ - OLIVEIRA, op. cit., v.2., p.93.

O núcleo urbano central, em 1888, teria, no máximo, duzentas moradias e o seu perímetro seria delimitado pelas atuais ruas Uruguai, Paissandu, Coronel Miranda e 15 de Novembro.

A Instalação da estrada de ferro e da Estação Ferroviária, no centro da cidade, em 1898, modificaram o eixo de expansão urbana. O sentido inicial leste-oeste, ao longo da rua do Comércio, passou a avançar também no sentido sul-norte, ao longo da via férrea, que, por sua vez, por longo período, marcou a delimitação do núcleo urbano de Passo Fundo³⁷.

Tabela 9 - Denominação das ruas da cidade de Passo Fundo - 1865

Em 1865 (A)	Em 1992 (B)
Rua do Comércio	Avenida Brasil
Rua Paissandu	Paissandu
Rua Uruguai	Uruguai
Rua Morom	Morom
Rua Jacuí	Rua Independência
Rua Ocidental	Rua Coronel Miranda
Rua Boa Vista	Rua dos Andrades
Rua Brasil	Rua 20 de Setembro
Rua de Belas	Rua 7 de Agosto
Rua do Chafariz	Rua 10 de Abril
Rua do Estreito	Rua Capitão Araújo
Rua de Nonoai	Rua Dr. Marcelino Ramos
Rua de Humaitá	Rua Dr. Teixeira Soares
Rua da Ladeira	Rua 15 de Novembro
Rua da Matriz	Rua Coronel Chicuta
Rua Oriental	Rua General Neto
Praça Tamandaré	Praça Tamandaré
Praça da Boa Vista	Instituto Educacional

Fonte: OLIVEIRA, 1990, v.2, p. 93.

Em 1922, o perímetro urbano abrangia uma área de 6,89 km², com inúmeros logradouros já demarcados e nominados. Constatava-se a expansão do núcleo central, no sentido leste, até o Rio Passo Fundo e, no sentido sudeste, em direção a Marau. Observava-se, também, o surgimento da Vila Rodrigues, da Vila Luíza e o alargamento da faixa de urbanização ao longo da Avenida Brasil.

³⁷ - FERNANDES, A.C.R.M. e MATTOS, M. 1989 p. 107.

Em síntese, percebe-se que o espaço urbano e rural do Município organizou-se em função das necessidades econômicas e infra-estruturais que a organização da sociedade local e sua interação regional e nacional demandavam.

Porém, é a partir dos anos 30 que o município de Passo Fundo é marcado por profundas transformações no que se tange aos setores produtivos, às relações sociais e à organização espacial da população, principalmente com o crescimento da população urbana, em contrapartida a um já expoente esvaziamento do campo.

Para entendermos esse processo e a sua agudização em décadas posteriores, faz-se necessário compreender (e esse é o objeto desta pesquisa) o processo de urbanização concomitante às transformações estruturais. Nessa ótica, como se considera que o processo, aqui localizado, reflete a situação mais geral ocorrida no país, urge que se faça um corte na exposição realizada até aqui para que se possam estabelecer alguns apontamentos norteadores das linhas básicas do movimento promotor dessa dinâmica em nível mais global.

A exigüidade do espaço, para efeito de um artigo, não permite enfocar a dinâmica do modelo de organização econômica no Brasil e suas políticas de desenvolvimento, indutoras de trajetórias sociais, objetivadoras do processo de organização do espaço em questão. A análise subsequente terá a preocupação de apontar alguns elementos do movimento populacional/migratório e suas trajetórias com o intuito de, mesmo parcialmente, compreender a ocupação do espaço urbano regional que se apresenta com uma dinâmica de profunda complexidade.

3 MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Sabe-se que a emigração do campo não é um fenômeno novo no Brasil. A ocupação dos espaços vazios e o esvaziamento dos espaços ocupados³⁸ foi constante na história brasileira. Observando a década de 50, vê-se que a mesma, além de apresentar elevadas taxas de crescimento da população, registrou um dinamismo muito grande em termos do surgimento de novas cidades. Foi nesse período que o país reequipou seu parque industrial pesado, iniciou mudanças na estruturação da população agrícola, transferiu a Capital para o centro do país, ocupou novas fronteiras, o que provocou imensa migração inter-regional. Mas a sua relevância se fez sentir a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento econômico que teve

³⁸ - Na significante e profunda expressão de José de Sousa Martins, num de seus ricos trabalhos intitulado "Expropriação e violência. São Paulo, Hucitec, 1982.

sua expressão no processo de modernização da agricultura, concomitante ao inusitado processo de urbanização e de concentração populacional no Brasil. Exemplo disso é que, entre as décadas de 60/80, a população urbana apresentou um incremento de 49 milhões, dos quais 30 milhões podem ser atribuídos aos deslocamentos do tipo cidade-campo. Desse modo, o êxodo rural foi responsável por 60% do crescimento urbano e pelas elevadas taxas de urbanização (de 31% em 1940 para 68% em 1980, passando de 20 a 52% nesse mesmo período).

É fundamental a compreensão de que a distribuição espacial da população reflete profundamente o modo como é organizada a produção e sua configuração histórica específica, ou seja, perceber o fenômeno da urbanização sob a ótica das mudanças estruturais na organização social da produção agrícola no Brasil, nas últimas duas décadas. Nesse sentido, é importante ver que existe uma relação interativa entre as alterações no modo de produção e nas forças produtivas no campo e a migração para a cidade.

Desde 1950, já começava a fronteira agrícola a transbordar o Estado de São Paulo rumo ao Norte do Paraná e, pela via do Estado do Mato Grosso, ao Norte do país. Desta forma, a fronteira agrícola era acionada como alternativa de inserção de massas camponesas que estavam impossibilitadas legalmente da posse da terra. A estrutura da propriedade e a instalação da pecuária extensiva obrigaram parte da população brasileira a migrar para terras novas; os que optaram por ficar, transformaram-se em assalariados (os chamados bóias-frias), ou em pequenos proprietários de terra,³⁹ ou de algum negócio urbano, ou em arrendatário, ou em parceiro, ou, então, com residência temporária na zona rural. Mas o processo ganha contornos profundamente complexos a partir da década de 70.

A década de 70 no Brasil marcou esse processo na sua essencialidade. Estima-se que em torno de 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural a caminho da cidade. É nesse contexto de intensa mobilidade social, principalmente no tocante ao ritmo e à forma urbana, que surge a famosa "ocupação" da fronteira agrícola para várias regiões do Brasil, tendo a região da Amazônia como "locus" privilegiado. A

³⁹ - A região de Passo Fundo, por exemplo, a partir da década de 50, com a reestruturação do processo produtivo de cultura subsidiadas (trigo), dinamiza seu espaço econômico rural, tendo os "granjeiros" como atores privilegiados na intensificação da dinâmica econômica regional. Grande parte da literatura, que analisa o período citado na região, já assinala um processo intenso de migração rural-rural na direção do Sudeste do Paraná e Oeste catarinense, principalmente de colonos tradicionais que, devido à dinâmica econômica da cultura do trigo (terra de campo, tecnologia, subsídios seletivos, racionalidade empresarial, etc.) sentiram-se desestimulados e empobrecidos, obrigados a buscar espaços produtivos onde as condições naturais (fertilidade, oferta elástica de terras) lhes fossem favoráveis.

mesma configurou-se como parte integrante do Programa de Integração Nacional (PIN) do governo Médice, lançado em 1971. O Programa visava à "integração nacional" por uma série de medidas, entre elas a construção da Transamazônica, a abertura da fronteira amazônica à penetração de grandes grupos econômicos e agências de colonização⁴⁰. Para viabilizar o processo de colonização nesse período, as agências adotaram, como expressão do pensamento autoritário-militar, a clientela de camponeses minifundiários e trabalhadores sem terra das regiões meridionais do Brasil. Apenas para ilustrar, no início da década de 70, em torno de 75% da área da Amazônia Legal era constituída de terras devolutas e de áreas indígenas. Isso provocou intenso afluxo de agricultores de todo país para essa região numa forma "espontânea"⁴¹. Esse processo foi, em parte, estancado pela colonização particular, dinamizada pelo modelo de desenvolvimento extensivo, o qual visava a transformar a Amazônia numa fronteira econômica e política desse modelo, no sentido de um espaço produtor para o mercado externo e interno, controlador dos conflitos geopolíticos e sociais, bem como um espaço de equivalência de capital para grandes grupos econômicos⁴².

Criaram-se conflitos sociais de grandes proporções em torno de promessas não cumpridas, lutas pelas poucas áreas efetivamente disponíveis, doenças, exclusões e

⁴⁰ - O processo de colonização dirigida, no Brasil, é reflexo de uma decisão política do Estado. Alguns autores periodizam três movimentos (ciclos) de colonização: o primeiro, foi durante o Estado Novo (entre os anos de 1940 e 1945), com a ocupação intensiva do Paraná, fruto do dinamismo da economia cafeeira em determinadas regiões do Estado; o segundo grande ciclo, entre 1950 e 1960, foi em direção ao Centro Oeste e o Maranhão. O Estado populista, em oposição às mobilizações camponesas (reforma agrária) e as lutas sociais no campo, orientou "um intenso fluxo migratório, via colonização pública e privada, para regiões de cultivo extensivo, visando ao mercado regional de alimentos (Capital nacional e novas cidades da região); o terceiro e definitivo ciclo de colonização (1970 a 1984) veio por fim às mobilizações camponesas. O alvo principal foi a região de expansão agrícola da Amazônia; sob responsabilidade de empresas oficiais, privadas e multicooperativas agrícolas. Além do controle político do espaço e dos homens, ambos os movimentos fronteiriços promoveram a incorporação de novas áreas agrícolas à economia nacional e a distribuição e desconcentração populacional de algumas regiões, bem como amenizaram, resolveram e criaram outros conflitos sociais. Não podendo aprofundar a análise desses movimentos fronteiriços, é importante a leitura, entre outros, de Matins (1981, 1982, 1984 e 1989), Tavares dos Santos (1990), Martine (1987), Ianni (1979 e 1984).

⁴¹ - Por detrás do espontâneo, estava a idéia do pioneirismo, do desbravador, do que chega primeiro para garantir o uso e a posse da terra, inclusive, segundo alguns autores, estava bem presente na "cultura" do pioneirismo uma dimensão mitológica de uma sociedade sem classe, comunitária, onde a intencionalidade que irmanava os desbravadores era comum. Ver sobre isso Ianni (1979).

⁴² - Há uma vasta literatura sobre a ocupação da Amazônia, via projetos de colonização, entre ela sugerimos a leitura de Schaefer, (1985) pela amplitude das variáveis analisadas e pela compreensão do feixe de trajetórias dos grupos envolvidos.

retorno ao local de origem, lutas sociais pela terra nas regiões meridionais promovidas pela CPT, expulsão e atração para cidades próximas ao projeto; enfim, de local de amenização de conflitos sociais, tornou-se uma fábrica de tensões e conflitos ⁴³, a tal ponto que obrigou o Governo Federal, em 1980, criar o GEBAM (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas aos moldes da GETAT) vinculado ao CSN (Conselho de Segurança Nacional), a fim de "regularizar" a situação fundiária na região, militarizando e retardando a busca de soluções reais para a questão agrária brasileira ⁴⁴. Concomitante ao esgotamento da fronteira (geopolítica), a dinâmica das migrações internas se fez presente à caminho das cidades.

3.1 Da "descampesinização" à urbanização

Como se viu sinteticamente, no item anterior, a estratégia da fronteira agrícola não foi suficiente, enquanto caminho, para absorver os intensos contingentes de camponeses expulsos do campo pelo modelo de propriedade e de organização produtiva, baseados na mecanização. Haveria a necessidade de se dispor de uma fronteira ilimitada de terras aproveitáveis para aumentar a produção e evitar o êxodo rural (Martine, 1989). Conjugado ao processo de expansão da fronteira agrícola, o processo de urbanização (aglomerações urbanas e suas relações) no Brasil, intensificou-se profundamente a partir da década de 70. Exemplo claro é a saída de quase 30 milhões de pessoas do campo, em 20 anos, ainda mais quando se considera que, em torno de 39 milhões de pessoas, continuam morando na área rural.

Não é estranho que o forte êxodo rural, pós 70, tenha-se dado onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorre primeiro e intensivamente, ⁴⁵

⁴³ - Concomitante à "abertura" da fronteira agrícola da Amazônia, uma série de trajetórias planejadas de inserção do camponês ou do trabalhador sem terra se fizeram presentes em vários Estados brasileiros e também no Paraguai. A partir de 1970, o Paraná deixa de ser pólo de atração das migrações e o Mato Grosso, Rondônia e Paraguai passam a ser o alvo das correntes migratórias. Existe uma vasta literatura que aborda essa problemática. O avanço da fronteira política terrestre não se deu só no Paraguai. No Uruguai, por exemplo, o movimento migratório teve repercussões amplas; a área ocupada por granjas de arroz foi quase triplicada desde 1970. Cerca de 80% desses novos cultivos são feitos por gaúchos (Zero Hora, 29-10-89).

⁴⁴ - Estudos específicos sobre determinados projetos de colonização tais como SINOP, CANARANA, TERRA NOVA, SORRISO, COLIDOR, entre outros, podem ser encontrados em Schaefer (1985) e Tavares dos Santos (1990).

⁴⁵ - Apenas para ilustrar com alguns dados, durante a década de 70, dez cidades das regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste tiveram um acréscimo de 11,4 milhões de habitantes, sendo que a população brasileira experimentou um aumento de 25,9 milhões de pessoas nesse período. Só a região metropolitana de São Paulo teve um crescimento populacional maior do que a Região Norte ou toda Região Centro Oeste. A população rural, no Brasil, nessa década, foi extremamente reduzida; isso sem falar no imenso contingente

provocando, assim, um descompasso entre o ritmo de produção e o crescimento das oportunidades de viver e trabalhar no campo por parte do pequeno camponês.

Relativamente ao comportamento da indústria, é reconhecível o aumento, em termos de geração de empregos, diretos e indiretos, da indústria brasileira, na década de 50 até início da de 70. Ainda assim, a oferta de mão-de-obra, nas cidades, sempre superou a criação de empregos urbano-industriais. As altas taxas de migração urbana, o elevado crescimento vegetativo e a concentração de renda promoveram uma capacidade ociosa (exército industrial de reserva) sem limites no espaço urbano, obrigando as categorias, desprivilegiadas economicamente, a viverem em espaços econômicos periféricos (fruto da competição pelo espaço urbano) e a se reproduzirem no setor informal da economia⁴⁶.

Ao se mencionar, anteriormente, que, nas regiões mais desenvolvidas, o fluxo de migração campo-cidade foi mais intenso, não se pretendia afirmar que a derivação desse processo estivesse unicamente na própria industrialização. Não há dúvida de que, dentro do modelo de organização produtiva, adotado após a década de 70 (vigente hoje), está implicada uma tendência, umnexo causal comum entre progresso técnico e concentração de capital (a história já mostrou a tendência de que as "livres forças de mercado" costumam andar no sentido da concentração e centralização dos meios de produção e de renda). O progresso técnico requer escalas cada vez mais amplas de produção, proporcionando deste modo vantagens às empresas maiores. Estas, por sua vez, tratam de acelerar ao máximo o progresso tecnológico, na medida em que uma oferta abundante de capital torna economicamente vantajosa a substituição de trabalho por capital, criando, assim, um grande contingente populacional de "reserva". É inegável que a concentração de capital é uma condição necessária ao progresso tecnológico, mas é inegável também que o quadro institucional apropriado à industrialização capitalista leva a uma concentração do capital ainda muito maior ao favorecer uma acumulação de capital

dos que permaneceram no campo, mantendo elevados níveis de pobreza absoluta e reproduzindo-se em condições miseráveis. O preço da terra, por exemplo, teve uma valorização de 13% entre 1966-71, passando a 2.000% no período de 1971-77 (Martine, 1987). Pode-se deduzir daí a imensa concentração da propriedade, o aumento do trabalho assalariado (de 16,6 milhões em 1970 para 22,0 milhões em 1980), principalmente com a categoria de volantes e bóias-frias.

⁴⁶ - O crescimento desordenado dos espaços urbanos, provocado por essa urbanização sem industrialização, está provocando sérios problemas sociais no Brasil: invasões, ocupações clandestinas, arrastões, filas infindáveis em busca de assistência médica gratuita, alto índice de desemprego, saques em supermercados, assaltos e seqüestros, presídios superlotados, epidemias provocadas pela falta e/ou sucateamento de uma infra-estrutura de saneamento básico, principalmente em espaços de baixa utilização territorial, fome, entre muitíssimas outras.

em escala geométrica dentro das empresas e ao permitir que, nos períodos de baixa conjuntural, as empresas maiores absorvam um grande número de empresas médias e pequenas (Singer, 1981). Além da concentração do processo mecânico e do espaço pelo capital, há também uma concentração de renda, que promove, sem dúvida, uma concentração de poder econômico, acelerador do processo de industrialização/urbanização,⁴⁷ que priva e aciona efeitos perversos no poder aquisitivo de um imenso contingente da população (a penúria dos bairros populares nas cidades é expressão disso). Desse modo, é importante entender o crescimento da população urbana juntamente com a economia, visto que, a realidade brasileira deixa clara a vinculação da acumulação de capital e sua concentração em poucas áreas urbanas. Observa-se que a demanda de serviços numa economia capitalista é apenas a demanda solvável, crescendo em função da renda e não da população. Se existe uma demanda "expressiva" por serviços urbanos, não é porque a população cresce depressa demais, mas porque a renda urbana se eleva; no fundo, o deslocamento do fluxo migratório para os grandes centros urbanos passa a ser reflexo de onde cresce mais a demanda por trabalho (Singer, 1981). O número dos excluídos do processo produtivo rural torna-se móvel, na medida em que se rompem as peias que os prendem no espaço "natural" agrário; a sua direção às metrópoles viabiliza-se, então, pelo oferecimento de melhores perspectivas de empregos.

Desta forma é importante que se percebam algumas práticas internas, viabilizadoras desse processo. Singer (1981) aponta, por exemplo, o fator de mudança, isto é, a introdução de relações de produção capitalistas no campo (o que denominamos de modernização da agricultura) como parte integrante do próprio processo de industrialização da agricultura⁴⁸. O processo de substituição de importações foi o mecanismo institucional que permitiu o avanço do capitalismo

⁴⁷ - No processo de industrialização-urbanização está presente uma associação crescente de interesses entre a burguesia (comercial e produtora agrícola que, durante esse processo, se transforma em parte em burguesia industrial e financeira) e uma parcela da burguesia estatal sustentada com recursos públicos, acelerando, assim, ao máximo, o processo de acumulação de capital.

⁴⁸ - Segundo o mesmo autor, o capitalismo industrial se origina nas cidades e se expande pelo campo na medida que se amplia um mercado urbano de produtos agrícolas. "A migração para a cidade tem um duplo efeito sobre o crescimento do exército industrial de reserva: os migrantes se incorporam nele, ao se instalarem nas áreas urbanas, e, ao mesmo tempo, expandem a demanda urbana (solvável) por produtos agrícolas, o que confere o caráter de mercadorias, isto é, de excedente vendável, a uma parcela crescente da produção do setor de subsistência. É através da expansão do mercado urbano para produtos agrícolas que o capitalismo penetra na agricultura, pois ela possibilita e torna vantajosa para o proprietário a substituição da renda-produto ou renda trabalho pela renda-dinheiro ou pelo lucro proveniente da exploração do trabalho assalariado" (Singer, 1981: 123).

industrial no campo. Isso provocou a ampliação e a diversificação dos ramos da indústria de transformação, o que determinou forte expansão da economia urbana, tanto em nível de mercado para produtos agrícolas, quanto para a própria penetração do capitalismo na agricultura. O fator mudança ocorre, então, basicamente, quando a organização da produção agrícola sofre uma transformação imediata e radical. Um exemplo disso é o que acontece quando uma lavoura de subsistência, cultivada sob a orientação da mão-de-obra familiar, passa para uma lavoura cultivada extensivamente para fins de exportação ou industrialização. Esse processo, promovido por políticas nacionais de créditos, insumos, mudanças no uso e posse da terra, rompe a relação da família com a terra, devido justamente à incapacidade de inserção da unidade aos fatores de mudança difundidos por técnicas modernas de produção, viabilizadores da elevação da produtividade, obrigando, o camponês assim, à adoção de um volume de insumos industriais. De parte deste, a constante falta de recursos provoca um empobrecimento maior, resultando na liberação da força de trabalho, que é obrigada a emigrar.

Singer aponta também o fator estagnação, ou seja, o crescimento da pressão populacional sobre a disponibilidade fixa de terra (valor elevado e monopolização, concentração da mesma) que reduz a capacidade de reprodução da força de trabalho no campo, pela dificuldade de obter níveis de produtividade acima da média, assim como limita a expansão da demanda por força de trabalho na unidade, funcionando, assim, como "viveiro" de mão-de-obra para grandes explorações agrícolas capitalistas ou para o setor urbano (ver Kautsky, 1974). Na dimensão da estagnação, processos tais como modernização, concentração de terras, comercialização de excedentes, não estão tão evidentes. Desta forma, a migração passa a ser uma ação pela qual as famílias, ou membros dessas, buscam limitar seu tamanho, a fim de manterem um padrão de subsistência, um certo equilíbrio econômico-ecológico em níveis estáveis, ou seja, um ajustamento individual para manter um equilíbrio entre a população e os recursos existentes. "Nesse processo de estagnação, mesmo que os produtores adotem lavouras mais intensivas em trabalho para que suas famílias possam permanecer nas terras, alguns membros deverão, eventualmente, partir, mantendo vínculos, que podem ou não ser economicamente importantes, com a terra (Saint, Goldsmith, s/d: 140)⁴⁹. Os fatores de atração também devem ser levados em conta;

⁴⁹ - É bom ter presente que, nesse processo, a população rural diminui, mas o número de famílias rurais pode até permanecer constante ou até aumentar devido à divisão das terras e de outras adaptações menores. Já não é o caso do fator de mudança: o número da população rural e o número de famílias declinarão conjuntamente.

no entanto, não são os determinantes na orientação dos fluxos migratórios. A atração advém de uma demanda por força de trabalho em empresas industriais, pela expansão de serviços, na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada em relação à que o migrante poderia receber na área de onde provém⁵⁰. O pressuposto básico desse processo é que as diferenças percebidas entre origem e destino empurram e atraem os migrantes através dos tempos, da distância e do custo, até que seu movimento reduza a diferença, de forma que um novo equilíbrio seja alcançado (Saint e Goldsmith, s/d). Acreditamos que esse processo de migração como fruto de um processo de decisões individuais, combinadas econômica e psicologicamente, obscurece o fato de que a migração é um processo social condicionado por mudanças na estrutura econômica e social.

Segundo Singer (1981) há também movimentos migratórios ocasionados pela impossibilidade de uma perspectiva de mobilidade econômica. É o caso de alguns elementos da pequena burguesia rural, jovens solteiros que buscam o meio urbano, amparados pela família que permanece na propriedade rural. Porém, se não der certo no meio urbano, terão possibilidade de retorno; possibilidade essa quase impossível aos migrantes de condição proletária. No entanto, não podemos atribuir a extensão do movimento migratório à racionalidade econômico-individual (desejo subjetivo de maximizar bem-estar social, aos moldes neoclássicos) ou unicamente à difusão dos "valores urbanos" (atribuição culturalista): Na base desse fenômeno está a desorganização econômica da sociedade rural. "Não se trata de um simples desequilíbrio de nível, mas do impacto diferencial da industrialização nas sociedades rural e urbana, decrescendo e aumentando respectivamente sua capacidade produtiva enquanto as trocas entre os dois setores se tornam mais fáceis" (Castells, 1983:84). O autor vai mais além do aspecto diferencial da industrialização; para ele, a urbanização na América Latina é a manifestação, em nível de relações sócio-espaciais, das contradições sociais inerentes a seu modelo de desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista

⁵⁰ - O espaço não nos permite aprofundar, mas, mesmo assim, é necessário que se diga que há ressalvas quanto a esta questão devido justamente ao fato que implica uma adequação à abordagem neoclássica referente à preferência pelo espaço locacional, o "instinto gregário" dos indivíduos, as "preferências" subjetivas, os ganhos (salário) a partir da produtividade marginal, etc. Na análise de alguns autores, há obstáculos interpostos entre o migrante e a "oportunidade econômica", expressos na qualificação para o trabalho industrial, bagagem cultural, defasagem na luta competitiva no mercado urbano de trabalho, etc, o que vai determinar a exclusão e a marginalidade econômica e social do migrante camponês.

mundial (idem, 84)⁵¹. Isso, em termos teóricos, obriga a compreender o movimento de expansão do crescimento populacional urbano e sua "marginalidade", transcendendo a si mesmo⁵² (enquanto intensidade do fluxo de migrantes), força a perceber os mecanismos que põem em movimento os fluxos migratórios, ou seja, enquanto processo social, com causas estruturais (que normalmente são de cunho econômico) que promovem o seu desdobramento no espaço e no tempo. É desta forma que o tão propalado excesso das migrações do campo à cidade, visto de um ângulo urbano, como coloca Singer (1981), deve ser entendido sob a ótica dos limites de uma agricultura capitalista, profundamente marcada por um modelo que acarreta elevada concentração da propriedade do solo e uma intensa acumulação do capital nas cidades⁵³.

Do exposto até aqui, segue-se que a compreensão dos contornos mais expressivos do intenso processo de urbanização⁵⁴, que ocorreu em nível global, com

⁵¹ - Para o autor a dependência da América Latina, em termos tecnológicos e industriais, determinou o nível de sua urbanização. Segundo o mesmo, o capital estrangeiro provoca profundas distorções na economia, criando, assim, um imenso contingente de população excedente e marginalizada. Uma crítica a essa abordagem é desenvolvida por Singer (1981), o qual coloca que o que se dá é um processo de desenvolvimento desigual, do qual resulta o rápido crescimento de algumas cidades e a decadência de outras. Mas a decadência, de uma forma geral, da rede urbana resulta da dinâmica do desenvolvimento capitalista das forças produtivas, portanto pouco tem a ver com uma desintegração da economia nacional, em virtude da dependência do capital monopolista internacional (p. 76).

⁵² - Interpretações de determinadas categorias sociais conservadoras expressam que a diminuição da população do campo promove a prosperidade econômica, pelo aumento da tecnologia, produtividade, mecanização, racionalização/modernização, aos moldes ocorridos nos países ocidentais desenvolvidos. Entretanto, esquecem que os processos de migração rural-urbana e modernização, nesses países, ocorreram em contextos históricos e em situações também diferentes, tendo havido, em síntese, uma relativa concomitância entre o ritmo de emigração e as oportunidades econômicas (desenvolvimento industrial) nas cidades. Outras interpretações dessas mesmas forças sociais, fugindo ao argumento econômico, apelam para o crescimento excessivo da população (moral malthusiana), onde os pobres são responsáveis pelos fenômenos da urbanização desenfreada, devido ao seu comportamento reprodutivo, seu instinto "(cultural) migratório e a facilidade (alienação) de ser cooptado, atraído pelo espaço urbano.

⁵³ - Dados recentes (IBGE-censo demográfico de 1991) vêm demonstrando que o processo intenso de migração campo / cidade da década de 70, não foi tão evidente na de 80. Os dados revelam, em nível de país, uma redução na intensidade do processo urbanização, provocada pelo decréscimo da área média dos estabelecimentos rurais, redução do ritmo de incorporação de tecnologias modernas no processo de produção agrícola e desaceleração do processo de crescimento da pecuária. A crise econômica, intensificada na última década, obrigou a retirada de subsídios diretos e indiretos aos grandes e médios produtores rurais, reduzindo, assim, a especulação sobre as terras, reabrindo-se um espaço para a pequena produção familiar. Concomitante e, em certo sentido, como consequência desse processo, as informações recentes indicam uma evidente queda da taxa de fecundidade, assim como o menor dinamismo das atividades econômicas urbanas devem estar resultando numa desaceleração do fluxo migratório campo-cidade (IPEA | IPLAN, 1989).

⁵⁴ - Urbano, indicando uma forma especial de ocupação do espaço pela população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta. (Cje. Castells op. cit. p 17).

início na década de 30 e intensificado na década de 70, parte da observação e análise da mobilidade populacional ocorrida localmente, como recorte do processo de transformação que se instalou, provocando a explosão urbana em nível de país; processo esse derivado das mudanças na divisão social e territorial do trabalho, decorrentes das transformações ocorridas no processo produtivo.

Os números que os censos registram, apontam para uma diversidade de situações que ocorreram e ocorrem na cidade e no campo, no que tange à realidade populacional. Primeiramente, o que se impõe ao olhar do estudioso são os saltos do crescimento urbano. A população urbanizada que, em 1940, girava em torno de 12 milhões de habitantes, em 1988, superava a casa dos 100 milhões. Na década de 70, verifica-se o maior salto: a população urbana cresce em quase 30 milhões de pessoas. Na década de 80, o movimento continua ascendente, porém, como já se mencionou, num ritmo desacelerado. De 1980 a 88, o incremento populacional nas cidades brasileiras girou em torno dos 23 milhões de habitantes. O Sudeste, liderou o processo, com uma larga margem sobre as demais regiões.

A população brasileira está hoje, predominantemente, domiciliada nas cidades e suas adjacências, como indica a tabela 10.

Tabela 10 - População residente, urbana e rural, segundo as grandes regiões - 1940 - 1988.

	1.940			Total	1.950			Total	1.960		
	Total	Urbana	Rural		Urbana	Rural	Urbana		Rural		
Brasil	41.236.315	12.880.182	28.356.133	51.944.397	18.782.891	33.161.506	70.070.457	31.303.034	38.767.423		
Norte	1.462.420	405.792	1.056.628	1.844.655	580.867	1.263.788	2.561.782	957.718	1.604.064		
Nordeste	14.434.080	3.381.173	11.052.907	17.973.413	4.744.808	13.228.605	22.181.880	7.516.500	14.665.380		
Sudeste	18.345.831	7.231.905	11.113.926	22.548.494	10.720.734	11.827.760	30.630.728	17.460.897	13.169.831		
Sul	5.735.305	1.590.475	4.144.830	7.840.870	2.312.985	5.527.885	11.753.075	4.360.691	7.392.384		
Centro-Oeste	1.258.679	270.837	987.842	1.736.965	423.497	1.313.468	2.942.992	1.007.228	1.935.764		
	1970			Total	1980			Total	1988		
	Total	Urbana	Rural		Urbana	Rural	Urbana		Rural		
Brasil	93.139.037	52.084.984	41.054.053	119.002.706	80.436.409	38.566.297	141.382.535	104.099.814	37.282.721		
Norte	3.603.860	1.626.600	1.977.260	5.880.268	3.037.150	2.843.118	4.667.927	4.667.927			
Nordeste	28.111.927	11.752.977	16.358.950	34.812.356	17.566.842	17.245.514	41.486.070	23.307.975	18.178.095		
Sudeste	39.853.498	28.964.601	10.888.897	51.734.125	42.840.081	8.894.044	63.303.081	54.058.276	9.244.805		
Sul	16.496.493	7.303.427	9.193.066	19.031.162	11.877.739	7.153.423	22.035.335	14.753.662	7.281.673		
Centro-Oeste	5.073.259	2.437.379	2.635.880	7.544.795	5.114.597	2.430.198	9.890.122	7.311.974	2.578.148		

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1990.

Nota: Em 1988, exclusive a população da zona rural da Região Norte.

Na região Sul a concentração urbana se deu aos saltos. O grande salto verificou-se na década de 70, período em que a população urbana passa dos 7 milhões de habitantes para índices próximos a 12 milhões.

Tabela 11 - Grau de urbanização do país e do Rio Grande do Sul, 1950 - 1991.

ANO	1950 %	1960 %	1970 %	1980 %	1991 %
Estados RS	44,88	44,39	53,30	67,54	72,56*
País	24,38	34,22	48,04	67,78	73,93

Fonte IBGE Censos 1950 - 1991

* IBGE Anuário Estatística da Brasil, 1990.

$$\text{Grau de urbanização} = \frac{\text{Pop. Urbana} \times 100}{\text{Pop. Total}}$$

O RS, durante o processo histórico em análise, veio contribuindo, sistematicamente, com a elevação dos índices de urbanização do País, com médias de crescimento urbano, no decorrer das décadas 50-90, apresentando-se sempre superior às do País.

4 O MOVIMENTO POPULACIONAL NA REGIÃO DE PASSO FUNDO

Um dos aspectos a serem considerados na análise do processo de adensamento urbano da Região de Passo Fundo refere-se ao fato de que o mesmo se dá concomitantemente ao processo de expansão das Capitais e Municípios em derredor; fenômeno conhecido como metropolização. O salto no incremento urbano foi dado na década de 70, passando dos 20,81%, registrados pelo Censo de 1970, para índices superiores a 40%, em 1980. Em 1991, como evidencia a tabela abaixo, a população urbana representa 56,63% sobre a população total.

Tabela 12 - População total, urbana e rural da região de Passo Fundo, taxa de participação na população do estado, grau de urbanização.

ANO	POPULAÇÃO					
	ESTADO TOTAL	TOTAL	%	REGIÃO URBANA	RURAL	GRAU DE URB.%
1950	4.164.821	546.717	13,12	100.242	446.777	18,33
1960	5.448.823	716.254	13,14	186.232	529.985	26,00
1970	6.666.891	831.532	12,47	256.242	574.708	20,81
1980	7.773.837	865.187	11,12	372.457	487.493	43,04
1991	9.135.479	900.826	9,86	510.196	390.630	56,63

Fonte: IBGE: Censos Demográficos: 1950 a 1991

$$\text{Grau de urbanização} = \frac{\text{Pop. Urbana} \times 100}{\text{Pop. Total da Região}}$$

A mobilidade populacional provocou o crescimento, mais ou menos intenso, de todas as sedes municipais e distritais. Os índices regionais relativos à concentração urbana tomam a linha ascendente, acompanhando os índices do País e do Estado, no mesmo período. Em decorrência do processo instalado, registra-se a queda dos índices da população rural. Em 1980, este tipo de população encontrava-se 15% abaixo dos índices da população de 1970 e em meados dessa década, dá-se o "ponto de inflexão". A população urbana supera, neste período, os índices da população rural. Em 1991, os números descem quase 20% abaixo daqueles registrados em 1980, como se pode observar na Tabela número 14.

Embora o decréscimo da população rural ocorra rápida e abruptamente, o Censo de 1991 indica que 43% da população, residente na região, ainda é do campo, percentual bem acima do que se evidencia em nível de Estado, 24% e do País, 26%. Detalhando-se os dados, verifica-se, porém, que a população urbana se concentra em algumas cidades. Os oito municípios que ostentam os números populacionais mais elevados (Carazinho, Erechim, Getúlio Vargas, Marau, Sarandi, Sobradinho, Soledade, liderados por Passo Fundo) também concentram os índices mais elevados da população urbana, ou seja, mais da metade da população urbana da região. Em 1950, 80% ; em 1960, 70%; em 1980, 66% e, em 1991, 63% . As sedes dos municípios de Carazinho, Erechim e Passo Fundo alcançaram, já na década de 70, o porte de Centros Urbanos. Neste Censo, a população urbana dessas cidades superava os 20.000 habitantes, número oficialmente exigido para que se qualificassem como tais. Acompanhando o processo de urbanização, a sede do Município de Soledade conquistou este título na década de 80.

Tabela 13 - Crescimento da população total, urbana e rural da região de Passo Fundo, 1950 - 1991.

ANO	Total geral	Δ	Urbana	Δ	Rural	Δ
1950	546.717	-	100.242	-	446.777	-
1960	717.258	31.01	186.223	85.77	529.985	18.62
1970	831.532	16.09	256.242	37.59	574.708	8.63
1980	865.187	4.04	376.457	46.91	487.493	-15.17
1991	900.826	4.11	510.196	35.52	390.630	-19.86

Fonte IBGE Censos Demográficos 1950-1991.

A constelação dos pequenos municípios, aqueles que possuem uma população total menor do que 10 mil habitantes e que gravitam em torno dos centros maiores,

ao todo 75, soma uma população global de 377.586 habitantes, 42,07% do total. Em comum, possuem índices decrescentes do número de habitantes, os menores percentuais de pessoas residentes na cidade e uma população rural maior do que a urbana, também em decenso.

Tabela 14 - População total e urbana dos municípios com população total superior a 20.000 Hab. em 1991

MUNICÍPIO	1950		1960		1970		1980		1991	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Carazinho	56.127	15.175	35.717	19.826	42.504	29.503	53.696	43.120	56.770	50.745
Erechim	119.529	21.200	65.972	29.590	48.677	33.888	61.114	48.224	72.292	62.348
G. Vargas	26.770	4.427	18.544	5.880	20.771	7.048	22.783	10.153	20.042	13.118
Marau	11.602	1.565	19.253	3.084	15.871	3.820	16.810	8.412	21.400	15.530
Sarandi	25.857	2.813	15.175	3.858	16.585	6.060	16.680	9.245	20.781	11.148
Sobradinho			15.888	3.260	16.898	5.853	19.111	6.170	20.144	9.647
Soledade	95.969	7.239	71.550	9.531	46.443	9.888	47.569	17.137	30.577	20.964
Passo Fundo	101.887	31.229	93.179	50.559	93.850	70.869	121.156	105.468	147.239	137.216
Total	437.641	83.648	335.278	125.590	301.599	166.929	358.919	247.929	391.245	320.716
Total Região	546.717	100.242	716.254	186.223	831.632	256.242	865.187	376.457	900.826	510.196
%	80,04	83,44	46,8	67,44	36,27	65,14	55,34	65,85	43,43	62,86

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950 - 1991.

Tabela 15 - População total, urbana e rural de municípios com menos de 10.000 hab. da região de Passo Fundo.

Município	ANO			1970			1980			1991					
	Total	Urb.	%	Total	Urb.	%	Total	Urb.	%	Total	Urb.	%			
Água Santa	4.833	431	8,9	4.402	91	4.382	554	12,6	3.828	87,4	4.082	789	19,3	3.293	80,6
Alto Alegre	3.187	315	9,8	2.882	90,1	2.302	304	13,2	1.998	86,8	2.139	596	27,6	1.543	72,1
Coxilha	2.806	735	26,1	2.071	73,8	2.721	952	34,9	1.769	65	2.721	952	34,9	1.769	65
Ernestina	3.192	320	10	2.872	90	2.658	487	18,3	2.171	81,7	3.843	747	19,4	3.096	80,6
Marcelino R.	8.828	3.085	24,9	5.743	65,1	7.789	3.112	40	4.657	60	7.080	3.028	42,7	4.052	57,3
Vitor Graeff	4.955	504	10,2	4.451	89,8	4.122	666	16,1	3.456	83,9	3.872	961	25,3	2.891	74,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1950 a 1991.

Os dados acima permitem detectar a realidade populacional de cada pequena comuna; constituem uma eloqüente evidência de que o êxodo rural é a maior causa das migrações e do inchamento das cidades. E este fenômeno nada mais é que o reflexo do que acontece no país e, de modo agudo, no Rio Grande do Sul.

Utilizando dados dos Censos de 1980 e 1991, o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios -CSEM- de Brasília informa que os três Estados da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), têm as menores taxas de crescimento no Censo de 91. Em contrapartida, a Região Centro-Oeste junto com a Região Norte são as que apresentam as maiores taxas de crescimento nas últimas décadas. São as

chamadas fronteiras agrícolas, o caminho obrigatório dos sulistas, nos últimos anos⁵⁵. Como fatos decisivos que levaram ao decréscimo da população, o CSEM destaca o êxodo rural, embora não desconheça o papel do fator natalidade e óbitos nesse processo.

Quando se projetava este estudo, alimentava-se o desejo e a expectativa de se poder detectar o percentual de moradores que não são naturais do município onde estão domiciliados. Este intento não pode realizar-se porque variáveis de natureza diversa interferiram, impossibilitando ao IBGE a publicação dos dados de 1991, relativos à migração, naturais e não naturais, nascimentos, analfabetismo, escolarização, etc.

Retornando-se ao princípio de que a "expulsão" foi o fator que agiu com maior força no processo de migração e, conseqüentemente, de urbanização, considera-se significativo trazer à tona dados relativos à dinâmica de transformação da estrutura agrária da região, ocorrida no período em análise. No município de Passo Fundo, tomado como exemplo do que ocorreu na região, na série de quinquênios que vão de 70 a 80, operou-se a redução do número de pequenos estabelecimentos e da área total dos mesmos, ao mesmo tempo em que se, ampliou a área e o número dos grandes estabelecimentos.

Os Censos Agropecuários do IBGE revelaram que os estabelecimentos com área de 10 a menos de 20 ha representavam, em 1970, um percentual de 23,82% do total de estabelecimentos, ocupando 6,03% da área total. Em 1985, este tipo de estabelecimento passou a representar 21,30% do total dos estabelecimentos e a soma de suas áreas reduziu-se para 4,15% da área total. De igual modo os estabelecimentos com 20 a menos de 50 ha viram reduzir-se sua parcela de participação na estrutura fundiária. Os 14,90% de área, registrados em 1970, foram reduzidos para 11,62% em 1985. Em contrapartida, os estabelecimentos de 500 a menos de 1.000 ha, locus favorável à empresa rural, - aumentaram em número e área, passando de 1,02% do total de estabelecimentos, em 1970, para 5,06%, ocupando, em 1970, 13,89% da estrutura fundiária e, em 1985 24,54% da mesma .

A concentração fundiária⁵⁶, aliada à modernização do processo técnico, dispensou mão-de-obra e transformou as relações de produção, ocasionando a redução da população rural.

⁵⁵ - Ver: Correio riograndense, MIGRAÇÕES Ver: Correio riograndense, MIGRAÇÕES.

⁵⁶ - O estudo da organização / reorganização do espaço geográfico / social foi bem demonstrado no trabalho do Prof. Aldomar Ruckert, na dissertação defendida na UNESP, em 1991, sobre esta temática. Veja-se, também,

No tocante à naturalidade, um olhar mais atento, capta o que se esperava: a trajetória dos migrantes foi dirigida, predominantemente, para três estações de destino que são os três municípios atualmente mais populosos: Passo Fundo, Erechim e Carazinho. Em 1980, a população de Passo Fundo era constituída por 71.676 naturais e 49.479 não naturais. Em percentuais, em torno de 41% da população de Passo Fundo um dia foi migrante. Em Erechim, os percentuais não são menores. Do total, aproximadamente, 42% são não naturais. Carazinho ostenta percentuais em níveis equilibrados a estes dois Municípios. A população não natural chegava ao patamar de 45%. Soledade concentrava uma população de domicílio mais estável, apenas 16% não era, em 1980, constituída por migrantes.

Ao buscarem-se indicadores sobre a procedência desses não naturais, confirma-se o papel do êxodo rural. Na cidade, vive um povo desenraizado. Daqueles que migraram e ali vivem, 63% saíram da zona rural, enquanto, de cidade a cidade, migraram em torno de 37% de pessoas.

Embora os primeiros números do Censo 1991 indiquem que houve a desaceleração do processo migratório, a situação daqueles que migraram, na década de 70, pouco se modificou. Ainda vivem na cidade e ali constroem sua vida e família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo preliminar, tentou-se explorar o movimento sócio-econômico e demográfico, orientador do processo de urbanização da Região. Não se teve a pretensão de analisar a problemática que envolveu a constituição das cidades da Região (embora inscrita no objetivo maior), o que pretendeu, foi, a partir de fontes documentais de dados do IBGE, visualizar numericamente alguns indicadores que nortearam a trajetória do processo de urbanização da Região.

Percebeu-se que a raiz desse processo se encontra no modelo de organização econômica de substituição de importações, implementado no Brasil, internalizando grande parte da produção industrial, definindo funções e objetivos para a agricultura também industrializante. O modelo de industrialização da agricultura, via processo modernizante, transformou, como se demonstrou, as relações e as formas de produção na agricultura brasileira e, principalmente, na regional.

Não obstante, mesmo em meio ao aumento da produção/produtividade, à dinâmica tecnológica moderna, à monocultura exportadora, entre outros, esse

de CRYZBOWSKI, Cândido "Formation de la structure agrarie au Rio Grande do Sul," Tese de doutoramento, defendida na Sorbonne, Paris, em 1979.

processo transformou profundamente a fisionomia do quadro social tanto do espaço agrário quanto do rural. Um contingente imenso de trabalhadores agrícolas foi substituído pela tecnologia (o que contribuiu para a intensificação da concentração fundiária), reduzindo a população rural, que se concentrou em alguns espaços urbanos, como é o caso de Passo Fundo, Carazinho, Soledade e Erechim,

Viu-se que essa mobilidade campo-cidade, em, alguns casos, cidade-cidade, mais intensa na década de 70, período de intensa ruptura no espaço produtivo rural, provocou o acréscimo de todas as sedes municipais e distritais.

É nessa dinâmica da complexidade, do conflito e das contradições que os números, aqui tratados, não são apenas números. São pessoas que possuem cara, nome, idade e cor. Diferenciam-se e complementam-se porque são sexuados. Na caminhada, a esperança é a sua bússola. Na cidade ou em outros sítios, continuam teimosamente vivendo. Reelaboram sua identidade, resistindo e se integrando, enquanto lutam para construir o seu espaço familiar.

Por trás de todo o processo de exclusão que leva à urbanização acelerada, esconde-se uma gama de contradições. Na raiz, como se viu, agem os fatores inerentes à dinâmica do capital que expandindo-se no campo e na cidade, avança e consolida-se em novas formas produtivas, entrelaçando os "elos" dos setores agrário, industrial e financeiro. Outros segmentos produtivos articulam-se de modo subordinado e dependente, como é o caso da pequena produção dos colonos. Produzindo desde o processo de ocupação da região sobre a pequena propriedade, em regime de trabalho familiar, os colonos passaram a contar com poucas alternativas para se adaptarem ao novo modelo. Os mecanismos propostos para a dinamização da grande produção do binômio trigo-soja (tecnologia-financiamento-crédito), inicialmente provocaram entusiasmo e intensa demanda, mas acabaram revelando, de uma só vez, as contradições do modelo e as dessa modalidade produtiva. Mergulhados na estagnação, ou no endividamento, tendo de se desfazer de seus bens em razão das hipotecas não resgatadas - expropriados e expulsos -, vislumbraram na cidade os "elos" que lhes possibilitariam outras formas de reintegração no sistema produtivo e vieram engrossar as fileiras, já formadas pelos assalariados no trabalho agrícola, - os agregados, os meeiros etc - que foram os primeiros e os mais facilmente substituídos pela máquina. Esta lhes tirou, de uma só vez, o trabalho e o lugar de viver.

Para muitas famílias a saída do campo dá início a uma andança em busca de trabalho, qualquer que seja. Sujeitam-se em muitos casos, ao subemprego, variado na

zona urbana, quando não ao desemprego, visto estarem sempre em desvantagem, por não constituírem mão-de-obra qualificada para o trabalho fora da terra.

Permeia os movimentos maciços urbanos a reivindicação por melhores condições e pela presença mais efetiva e eficaz do poder político. Essa reivindicação evidencia-se, entre outros, na demanda por escolas, infra-estrutura urbana, postos de saúde, e se faz presente nas organizações de bairro e em outros movimentos. Toma corpo, sobretudo, na saga pela emancipação político-administrativa dos distritos. Este fato emerge, na maior parte dos casos, no centro urbano distrital, sobretudo naqueles distritos com base histórica assentada na colonização européia, ocorrida no final do século e início deste. Hoje, na área de 80.000 km² que passou a pertencer ao município de Passo Fundo, na data de sua instalação como município, em 1857, estão instalados outros 99 municípios, com área e população numericamente diferenciadas. A primeira emancipação foi a de Soledade, em 1875, impulsionada pela ação decisiva dos pecuaristas da região. O ano de 1992 foi marcado pela instalação de mais de uma dezena de municípios⁵⁷. Conquistando o apoio das categorias rurais, as forças urbanas emergentes lideraram o movimento emancipacionista e levaram à concretização um sonho, em muitos casos, duramente reprimido.

Do âmago da conjuntura atual estão a emergir diversas questões sociológicas, tais como a que se refere ao significado histórico-social desses movimentos. Pretende-se que seja essa a próxima questão de estudo.

⁵⁷

- Em 1992, foram instalados nesta Região os municípios de Ametista do Sul, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Boa Vista, Carlos Gomes, Centenário, Charua, Cochilha, Coqueiros do Sul, Engenho Velho, Gentil, Gramado Loureiros, Itapunca, Lagoa dos Três Cantos, Mato Castelhana, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Pontão, Ponte Preta, Rio dos Índios, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Valentim do Sul, XXX da Serra.

BIBLIOGRAFIA

- BIZ, O. GIRALDI, L. Problemas do Brasil. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1985.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. Migrações Internas, RS. Indicadores Sociais - RS. Número especial, Porto Alegre, RS., v. 4 n. 4, - 1976.
- FERNANDES, A. MATTOS, M. Passo Fundo em busca de suas raízes. In: Anais do I Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. Passo fundo: UPF, 1989. p. 99 - 109.
- IANNI, O. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- IBGE - Brasil em Números. Rio de Janeiro, v.1, 1992.
- Censos Demográficos. 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
- ITEPA. A formação histórico-cultural de Passo Fundo. In: Cultura e Educação Popular. Passo Fundo: 1992. (Col. Religiosidade Popular, 2).
- LEFEVBRE H.. Du Rural à l' Urbain. Paris: Editores Anthopos Paris., s/d.
- MARTINS, José S. Imigração e Crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1981.
- Expropriação e Violência. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: vozes, 1984.
- Caminhadas no Chão da Noite. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MARTINE George. Impactos Sociais do Processo de Modernização da Agricultura. São Paulo: Cortêz, 1989.
- OLIVEIRA, F. A. X. Anais do Município de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 1990. 3 v.
- OLIVEIRA, N. et alii: O processo de urbanização no Rio Grande do Sul; características recentes. In: A Economia Gaúcha e os Anos 80; Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990.
- RÜCKERT, Aldomar. A Produção Capitalista do Espaço: Construção, Destruição e Reconstrução do Território no Planalto Rio-Grandense. Rio Claro: UNESP, 1991.
- SAINT W GOLDSMITH W. Sistema de lavoura, mudança estrutural e migração rural-urbana no Brasil. In: Estudos CEBRAP. São Paulo: s/d.
- SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 1980.

-----Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SILVA, M. Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso. São Paulo: cortez, 1989.

SILVANY, Augusto J. da Silva. Urbanização nos Países em Desenvolvimento. São Paulo: s/d.

SCHNEIDER, J. O. et alii. Realidade Brasileira. Porto Alegre: Editora Sulina, 1990.

SCHAEFER, J. As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. São Paulo: Loyola, 1985.

TAVARES dos Santos, José V. MATUCHOS: A Luta Pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1990

ABSTRACT

AN EARLIER APPROACH OF THE URBANIZATION PROCESS IN PASSO FUNDO ENVIRONS : "MAN, THIS LEAVING IS NOT GOING TO HAVE BACK!"

The present article is an integrating part of an ampler study about the urbanization process in the region of Passo Fundo. The analysis describes the social-economic and demographic movement which is the inductor of the urbanization in the region. The study departs from the assumption that the character of the urbanization process of this region is inserted in the nature of the movement of economic and social transformations which occurred in this country after the 1960.

Key-words: regional economy, urbanization.